

SÉRGIO JOSÉ MORAIS

RETROSPECTIVA HISTÓRICA E EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO
BRASILEIRO

CURITIBA
1998

II

SÉRGIO JOSÉ MORAIS

RETROSPECTIVA HISTÓRICA E EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO
BRASILEIRO

Monografia apresentada ao
Departamento de Contabilidade do Setor
de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal do Paraná, como
requisito para a obtenção do Título de
Especialista em Controladoria para
Gestão Bancária.

CURITIBA
1998

III

AGRADECIMENTOS

À Diretoria do Banco do Estado do Paraná S/A, ao Departamento de Desenvolvimento de Pessoal - DEDEP, a Superintendência Regional, e em especial aos Coordenadores e Gerentes destas Unidades que contribuíram com a minha participação na busca do conhecimento pessoal, da empresa e da própria ciência. Aos mestres, pela dedicação e profissionalismo com que repassaram seus conhecimentos e experiências. Aos colegas de curso pelo companheirismo e amizade.

DEDICATÓRIA

À minha família pelo apoio, compreensão, dedicação e principalmente pela abdicção de incontáveis horas de lazer, sem a qual teria sido impossível alcançar este objetivo.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	01
2. METODOLOGIA.....	02
2.1 MATERIAL.....	02
2.2 MÉTODO.....	03
3. DESENVOLVIMENTO.....	03
3.1 RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO SURGIMENTO DOS BANCOS.....	03
3.1.1 A troca.....	04
3.1.2 Oriente e os Primeiros Bancos.....	06
3.1.2.1 Babilônia.....	06
3.1.2.2 Outros Povos Orientais.....	10
3.1.2.3 Os Lídios e o Aparecimento do Dinheiro.....	11
3.1.2.4 Os Persas.....	12
3.1.2.5 Disseminação do Uso do Dinheiro.....	13
3.1.3 A Grécia.....	15
3.1.3.1 Moeda Divisionária.....	17
3.1.3.2 Invenção do Cheque.....	17
3.1.3.3 Expansão do Sistema Bancário Grego.....	18
3.1.4 Roma.....	19
3.1.4.1 Política Monetária Romana.....	22
3.1.5 Idade Média.....	24

3.1.5.1 Igrejas Bancos.....	24
3.1.5.2 A Origem do Nome Banco.....	26
3.1.5.3 Características dos Bancos na Idade Média.....	26
3.1.5.4 As Letras de Câmbio.....	27
3.1.6 Evolução dos Bancos nos Países não Europeus.....	28
3.1.7 Da Renascença a Idade Contemporânea.....	29
3.1.8 A Holanda e o Movimento Bancário.....	30
3.1.9 Suécia.....	30
3.1.10 História Bancária Inglesa.....	31
3.1.11 Sistema Bancário Francês.....	32
3.1.12 Instituição Bancária Americana.....	33
3.1.13 Resumo Histórico.....	34
3.1.14 História Financeira do Brasil.....	34
3.1.15 A República.....	38
3.1.16 A II República.....	39
3.2 ESTRUTURA ATUAL DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO.....	44
3.3 BANQUEIROS.....	45
3.4 BANCÁRIOS E SINDICATOS.....	46
3.5 BANCOS NO BRASIL NA ATUALIDADE.....	49
3.5.1 BRADESCO.....	50
3.5.1.1 Segurança e Flexibilidade.....	52
3.5.2 HSBC-BAMERINDUS.....	54

3.5.3 BANESTADO.....	56
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60

RESUMO

A Retrospectiva Histórica relatando o surgimento dos Bancos e seu paulatino crescimento, busca identificar desde as nossas origens a necessidade da organização econômica e a insubstituível contribuição que os Bancos deram a este processo.

Ainda na Retrospectiva e Evolução dos Bancos relatada na primeira metade deste trabalho, a pesquisa bibliográfica busca o melhor entendimento do leitor quanto ao poder e a dependência que o sistema bancário expressa e causa às pessoas e às nações. Ainda, através da “criação” do crédito, ou melhor, da operacionalização do crédito, o maior instrumento de alavancagem dos meios de negócio, num comércio que não conhece fronteiras.

O restante deste trabalho, que relata a estrutura atual do Sistema Financeiro Brasileiro, busca o entendimento tanto do aspecto do cliente como das próprias instituições de crédito quanto as adversidades e oportunidades do setor, quer seja no surgimento de produtos e tecnologias cada vez mais avançados ou simplesmente nos caminhos a serem seguidos na busca do crescimento, e ainda em alguns casos de empresas específicas que lutam somente pela sobrevivência num mercado cada vez mais globalizado, onde a ordem é crescer ou crescer.

A experiência pessoal adquirida em 15 anos de mercado financeiro, aliado a constante atualização nas matérias veiculadas pela imprensa, através de periódicos e revistas especializadas voltadas ao setor, foi aplicada no decorrer deste trabalho, visando contribuir a um melhor entendimento da importância do sistema e das tendências do setor, mesclando os interesses das empresas, clientes e funcionários.

Neste sentido, a aglutinação destas informações neste trabalho busca sugerir subsídios

a sociedade em geral, principalmente aqueles, cujo interesse específico esteja voltado ao setor, pois as transformações nunca foram tão céleres quanto hoje e que podemos esperar num futuro próximo uma dependência cada vez maior da sociedade junto ao setor bancário, quer seja pela sua importância na distribuição e circulação da moeda e do crédito, ou pela diversidade de produtos e serviços por ele prestado.

1- INTRODUÇÃO

As Instituições Financeiras têm historicamente definido, a função de captar, canalizar e transformar eficientemente recursos de poupança em investimentos.

Esta definição simples, mas abrangente, sugere ainda que quanto mais acelerado for o processo de desenvolvimento/crescimento econômico de determinado país, maior será a exigência ao surgimento de novos produtos e serviços com crescente grau de complexidade e tecnologia embutidas.

No Brasil, num passado recente vivido pela efígie da inflação, as Instituições Financeiras viveram o auge de crescimento com lucros fáceis baseados em receitas de “Floating” e ganhos de tesouraria. A consequência disto foi o surgimento de dezenas de “Bancos Anões” onde era voz corrente que o melhor negócio do mundo era ser proprietário de um Banco saudável e o segundo melhor negócio era ser proprietário de um Banco independente de sua situação.

A partir do Plano Cruzado, após a promulgação da nova Constituição de 1988, e respectiva reforma bancária, pôs-se a mostra o elevado nível de receitas geradas pelo “Floating” de recursos de Bancos, no contexto de uma economia extremamente subjugada à inflação, e que aliado as crises periódicas da economia brasileira têm levado a um questionamento do Sistema Financeiro e de seus Agentes no país.

Hoje com a estabilização econômica, demonstrando solidez e continuidade e o país abrindo sua economia e enquadrando-se no processo de globalização, o mercado financeiro tornou-se atraente para o aporte de Bancos estrangeiros sólidos e detentores de capital e tecnologia superiores aos concorrentes nacionais.

A primeira parte deste trabalho trará efetivamente a história do surgimento dos Bancos e a sua evolução, podendo daí se extrair a evolução econômica dos povos e conseqüentemente de suas necessidades que transportado para os dias de hoje nos remetem a entender o real sentido da globalização.

A segunda parte, através de uma leitura fácil, atual e esclarecedora, busca mostrar a atualidade e a tendência de nosso sistema bancário, o que deva ser de grande valia a população economicamente ativa e um alerta a entidade patrocinadora (Banestado) quanto ao caminho futuro.

Diante deste panorama, busca-se mostrar através da Evolução Histórica do Sistema Bancário um melhor entendimento dos leigos no assunto, incluindo a tendência do Mercado Financeiro Brasileiro voltado às oportunidades de crescimento em linhas gerais.

As estratégias de instituições aqui instaladas, nos remeterá a considerações quanto a que medidas poderão tornarem-se aplicáveis para garantir não somente a participação contínua dos Bancos neste mercado, bem como a real importância da necessidade de ganho na escala como fator preponderante para o sucesso destas instituições.

2. METODOLOGIA

2.1 MATERIAL

Publicações financeiras, revistas e periódicos de assuntos gerais cujo enfoque pesquisado eram os voltados à área financeira e do sistema bancário nacional, e bibliografia relacionada diretamente com o tema.

2.2 MÉTODO

Para tanto, diante da abrangência do tema, nos limitaremos a discorrer sobre a retrospectiva histórica contida na bibliografia relacionada e a perspectiva do setor obtida através das publicações atualizadas da imprensa especializada. Aliado a isso, a análise pessoal da experiência adquirida de quinze anos no ramo financeiro, somada a troca de informações entre pares na concorrência possibilitou uma visão que adiante busca-se relatar.

3. DESENVOLVIMENTO

Este item que representa o corpo principal do trabalho trará através da retrospectiva histórica a necessidade do surgimento dos bancos, o seu crescimento e mudanças e ,principalmente, a necessidade do sistema para a população economicamente ativa na qual estamos inseridos.

3.1 RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO SURGIMENTO DOS BANCOS

Aos primórdios da civilização, quando o homem vivia em grupos, nos seus passos iniciais de vida coletiva, cada um deveria produzir tudo o que necessitasse para o seu próprio sustento e bem-estar. Dedicava-se à caça e à pesca, para alimentar-se e buscar agasalhos; lascava e polia a pedra para armar-se; cortava as árvores para confeccionar seus rústicos utensílios.

Em seguida, não só extraindo da natureza os bens brotados espontaneamente, mas fazendo nascer e favorecendo o desenvolvimento dos bens naturais, por meio da criação de

rebanhos e da lavoura, o homem continuava a prover-se a si mesmo. E, assim, nessa complexa atividade de auto-suficiência, o ser humano viveu durante grande espaço de tempo, aceitando a coletividade, apenas, como uma defesa contra perigos comuns.

Essa mesma evolução fez surgir, com o desenvolvimento do poder imaginativo, novas necessidades que, para serem satisfeitas, exigiram, no esforço da preservação da auto-suficiência, uma ação heterogênea cada vez mais simplificada.

Da multiplicação das formas ativas de trabalho e da conseqüente impossibilidade humana de desdobrar-se em várias atividades ao mesmo tempo, com a mesma eficiência, surgiu a divisão do trabalho. Essa divisão se acentuava com o prazer experimentado em certas modalidades de tarefas, mais afinadas com o temperamento e vocação de cada um.

O resultado fatal dessa dedicação a determinadas tarefas, em detrimento de outras, originou um desequilíbrio na economia individual, onde se assinalava a abundância de alguns produtos, constando com a escassez dos demais.

3.1.1 A Troca -

Assim, o homem, premido pela necessidade de obter utilidades que lhe faltavam, procurou o seu semelhante, propondo-lhe a troca, a permuta do que possuía em excesso, pelo que possuía de menos. E aquela aproximação fortuita, que a princípio ocorrera, determinada pelo medo e na premência da união para defender-se de inimigos comuns e poderosos, transformou-se numa aproximação mais efetiva, mais frequente e, posteriormente definitiva, determinada pela necessidade de trocar, e portanto, gerando a colaboração mútua.

Era o que em economia denomina-se “troca ocasional”, caracterizada pelo intercâmbio dos “bens excedentes”, o centro de gravidade do abastecimento repousando nos próprios produtos da unidade econômica.

Por essa forma os homens supriam-se reciprocamente e, assim supridos, conseguiam a satisfação de todas as suas necessidades imediatas, sem precisar desviar-se do setor de produção a que melhor se dedicavam, em virtude de suas habilidades inatas e específicas. A sábia lei da divisão do trabalho se, de um lado, obrigava o homem à troca, de outra parte solidificava a sociedade através dessas permutas e auxiliava a produção, uma vez que o homem, aplicado a um trabalho de que gostava, extraía dele maior rendimento.

Dessa maneira o lavrador procurava trocar, por exemplo, suas sobras de trigo, pelas sobras de peixe de um pescador; o pescador, por sua vez, procurava o caçador para adquirir peles ou armas, em troca de seu produto específico. Os artigos de consumo funcionavam, assim, como moeda. O principal deles era, incontestavelmente, o gado (pecus), considerado “a moeda que anda”, de onde se derivam os vocábulos pecúnia, pecuniário.

Entretanto, esse sistema de troca direta foi, aos poucos, apresentando uma série de dificuldades. Nem sempre os que se aglomeravam em sítios comuns, possuíam todos os produtos que satisfizessem as necessidades cada vez mais crescentes dos homens. Muitas vezes, largas distâncias se interpunham entre um produtor e outro. As dificuldades de comunicação, os embaraços da avaliação. A perda preciosa de tempo de trabalho e outros transtornos, obrigaram o homem a procurar um meio mais eficiente e mais prático para esse comércio rudimentar.

Começaram, então a agrupar-se em determinados espaços, exibindo o seu produto e oferecendo-o em troca de outros de que necessitava. Daí o aparecimento dos mercados locais. É o que os economistas denominam troca no mercado, orientada pelo fato de que se oferecem, em caráter geral, bens para troca e se demandam outros bens, isto é, pela existência de “probabilidades de mercado”. E sendo a troca no mercado a forma dominante, trata-se de uma economia de trocas.

Mas, embora esse sistema fosse melhor do que a troca de indivíduo para indivíduo, isto é, do que a troca ocasional, muitas vezes uma região não produzia determinados artigos; assim, por exemplo, os produtos interioranos não possuíam artigos marítimos e vice-versa. Ora, a viagem para efetuar tais trocas, tendo de ser lavada a produção local, era penosa, difícil e custosa.

Assim, o homem percebeu que a economia de trocas, através dos mercados locais, não satisfazia suas necessidades e era, pois, necessário aperfeiçoar ainda mais o sistema.

E dirigiram-se aos sacerdotes dos templos em busca de conselho e apoio.

Os templos tornaram-se, então, grandes mercados comunitários, e, em consequência disso, principiaram a funcionar como estabelecimentos bancários, segundo nos contam os registros da época.

Conclui-se, pois, que a economia de tempo e espaço, influenciou poderosamente na fundação do banco, pois, com tal instituição, não era mais necessária a ação de contar e transportar, visto que ali, por uma simples operação de contabilidade, ficava à disposição do credor o que lhe era destinado pelo devedor.

3.1.2 Oriente e os Primeiros Bancos

3.1.2.1 Babilônia

As tábuas de argila que serviam de páginas escritas e constituem as primeiras revelações indiscutíveis de passada civilização, revelam que, na cidade de Urak, na Mesopotâmia, 3.400 ^aC., se faziam transações bancárias.

Tendo já constituído uma sociedade de produção e consumo, o homem sentiu, então, a necessidade de escriturar o seu comércio. Sobretudo a necessidade de registrar as transações,

porque o fator econômico logo se evidenciou como primordial, seguindo-se o financeiro, como estímulo da produção.

O grande templo Vermelho, descoberto pelos arqueólogos na Mesopotâmia, representa o primeiro banco conhecido. Os sacerdotes, além de transacionarem por conta de terceiros as mercadorias deixadas sob a sua guarda, empregavam, também, os fundos obtidos para manutenção do culto, com o objetivo de auferir lucros. As oferendas eram devidamente contabilizadas e aplicadas em empréstimos aos agricultores e comerciantes. Mas, por falta de um agente intermediário - pois, ainda não existiam as moedas - as operações eram realizadas ainda por permutas, o que obrigava uma maior aperfeiçoamento dos processos de avaliação, registro e cálculo de lucros.

Os primeiros registros foram criptogramas: uma imagem estabilizada, representando os objetos, os artigos permutados. Nos templos existiam, pois, sistemas contábeis. Os escribas recebiam as dádivas e registravam-nas em tábuas de argila, que eram depois classificadas e contadas semanalmente. Os totais obtidos eram registrados em outra tábuas de argila, semelhantes aos grandes livros das empresas atuais. Mensalmente era efetuado um levantamento, que serviria de base para o ano em curso.

Os templos, em sua atividade bancária, funcionavam com o intuito de prestar assistência aos seus devotos. Era o deus titular quem agia, diretamente, através de seus sacerdotes. Nada cobravam sobre os depósitos, mas faziam empréstimos com taxas altíssimas, de 33% a 20% ao ano. A primeira, mais alta, recaía sobre as atividades referentes a cereais e, a segunda, sobre as que diziam respeito a metais. Compreende-se essa diferença: os riscos, no primeiro caso, eram maiores.

Os deuses-banqueiros, como eram denominados, concediam crédito com garantia de penhor ou caução (as garantias eram escravos, casas e campos), operações que tinham sua origem na falta de moedas.

Entretanto, o sistema bancário aperfeiçoa-se mais, nos séculos XVI e XII antes de Cristo, quando Babilônia é beneficiada por várias descobertas de ordem técnica, na agricultura e metalurgia. O ferro acabara de ser descoberto. O ouro e a prata têm a produção aumentada. O comércio ganha impulso. As planícies do baixo Eufrates permitem facilidades no transporte, em carroções puxados por cavalos. Aumentam as permutas de cereais e metais. Intensificam-se relações comerciais entre Babilônia, o Egito e o Império Hitita.

Em decorrência do progresso cada vez maior no setor de produção e consumo, a atividade bancária se expande, passando dos templos para as mãos de particulares.

Em Babilônia, o Banco Neboaidin especializa-se em operações sobre metais preciosos. O Banco Murashu anima as transações na Babilônia central. Ambos recebem fundos para aplicar e pagam juros. Aceitam depósitos de mercadorias e objetos preciosos. Empréstam sob garantia, tornando-se administradores dos bens de seus clientes. Efetuam o pagamento de contas, aceitam transferência para outras praças. As tábuas de argila continuam a funcionar à maneira das escriturações contábeis atuais.

Cerca do ano 575 A . C. existiu em Babilônia uma instituição financeira que podia ser comparada aos Rothschilds da Europa do Século XIX: o Banco Igibi. As informações sobre este banco mostram que ele atuava como agente de compra para seus clientes; fazia empréstimo sobre produções, penhorando-as, para assegurar o reembolso da quantia emprestada; emprestava mediante assinatura ou sobre objetos depositados e recebia depósitos pelos quais era paga uma comissão.

Nas operações que depois foram exercidas pelos Bancos babilônicos, registram-se as de giro (com transferência para os pagamentos em efetivo). Max Weber informa: “Isso pressupunha que o cliente tivesse, de modo permanente, um depósito no Banco que o efetuava. Dentro de tais operações encontramos, já na Babilônia, “bilhetes” de banco, conquanto não sejam no sentido que damos atualmente. As modernas notas de banco circulam de modo independente do depósito de cada cliente. Em compensação, os “bilhetes” dos bancos de Babilônia constituem simples transferências de pagamentos, mais rápidas e seguras, entre clientes de giro. Desconhecemos a extensão alcançada por estas operações de giro, as mais antigas de que se tem notícia. Entretanto, convém não imaginá-las demasiadamente, na acepção moderna. Na maior parte das vezes, restringiam-se ao comércio puramente local: tinha lugar, exclusivamente, entre comerciantes. Daí o fato de que tais bilhetes de banco não foram objeto de circulação. Como especialidade de Babilônia, derivou-se do negócio de giro e de crédito bancário”. O banqueiro profissional concedia pequenos créditos (com garantia de penhor ou caução), operações que tinham sua origem na falta de moedas.

Mais adiante comenta Max Weber :

“Outra particularidade de Babilônia, é que o banqueiro concedia comendas, enquanto que, noutros países da antiguidade, jamais se encontra exemplo sequer desse tipo de operação”.

Os Hititas - Ao norte da Mesopotâmia, os hititas, ramo ariano, progrediam na região da Anatólia, que os gregos denominaram Capadócia.

A 165 quilômetros de Ankara, há muitos anos, foram encontradas dez mil tábuas de argila, com caracteres cuneiformes. Eram os arquivos de grandes comerciantes-banqueiros hititas.

Verificou-se, assim, que os hititas formaram um vasto império comerciante. Poderosas organizações comanditavam caravanas, financiavam audazes empreendimentos em

terras distantes, emprestavam grandes quantias a longo prazo, participavam, inclusive, de empreendimentos imobiliários de vulto. À falta, ainda, de dinheiro, usavam lingotes com marcas de controle, como agente intermediário.

3.1.2.2 Outros Povos Orientais

No Egito,, os templos exerceram, nos primeiros tempos, atividades bancárias. Seguiam as mesmas normas estabelecidas na Mesopotâmia, adaptadas, naturalmente, às peculiaridades do povo e da terra. O templo de Amon, por exemplo foi um grande prestamista.

Outra nação que conheceu desde logo o comércio bancário foi a Fenícia. Espremidos numa faixa de terra muito estreita e árida, cuja maior largura não excedia 200 quilômetros, sem rios, os fenícios procuraram melhor espaço para exercer suas atividades. E, em virtude das condições geográficas adversas, tornaram-se uma nação de aventureiros marítimos.

Com a madeira extraída das florestas libanesas, construíram suas naus e jogaram-nas ao mar, ansiosos por terras fecundas e metais preciosos. E foi esse país, deserdado da natureza, que se fez o mais rico de seu tempo e que desempenhou na história da humanidade um papel de primeira grandeza com elemento civilizador.

Seu comércio mantinha relações com todo o mundo conhecido e ampliado com suas próprias descobertas; seus navios percorriam as costas meridionais da Europa, as costas africanas, os litorais do mar Negro, do mar Cáspio, do mar do Norte, do mar Báltico. Suas transações mercantis iam da Suécia à Índia.

Toda essa atividade comercial, que determinava o manuseio das mais diversas modalidades de produtos e o exercício do mais variado tipo de trocas, demonstrou a

necessidade da instituição de estabelecimentos que se encarregassem da escrituração e das operações financeiras, para facilidade maior do comércio.

Daí nasceu entre os próprios armadores fenícios a idéia de preencherem essa lacuna. Indivíduos ricos, sós ou associados, dispendo de consideráveis fortunas, entregaram-se ao negócio bancário. Esse comércio especial, avolumando-se e tornando-se comum, atraiu para ele capitais desejosos de boa renda.

Sucedia, porém, que muitas vezes a simples função de intermediário de trocas não se processava em ritmo uniforme. Nesses períodos de depressão os capitais procuravam outras formas de aplicação, que lhes proporcionassem rendimentos. E assim tais estabelecimentos alargaram o âmbito de sua atividade, passando no campo dos empréstimos e adiantamentos, mediante garantias diversas, na forma de hipotecas, à maneira do que já vinha acontecendo em outras nações. Buscavam, dessa maneira, outro elemento econômico para base de suas atividades: crédito.

3.1.2.3 Os Lídios e o Aparecimento do Dinheiro

Apesar do incremento tomado pelo comércio nos diversos países do mundo antigo, faltava um agente de troca que eliminasse as desvantagens das permutas diretas, produto por produto, ou através de pesadas e desiguais barras de metais preciosos. Uma dessas desvantagens era a impossibilidade de dividir-se a utilidade maior e mais valiosa, de modo a efetuar-se a permuta por outra menor e de menos valor, sem afetar-se a equivalência das coisas trocadas.

Tornava-se necessário, pois, um instrumento habitual nas permutas, que desempenhasse o papel de unidade de medida de valor, servisse de ponto de referência, de termo de comparação, de denominador comum entre os valores das demais utilidades.

Assim o homem procurou descobrir um agente de troca que correspondesse às necessidades surgidas nas sociedades em evolução.

Foi um príncipe lídio, chamado Gygés, que em 637 ^aC., inventou o dinheiro. Como na Lídia houvesse abundância de ouro e prata, Gygés pensou em substituir as pesadas barras então circulantes (o “tael”, usado pelos chineses era uma barra de prata marcada por um guilda de comerciante; o “shekel” da Babilônia era uma peça também de prata, que trazia a marca ou selo de uma determinada família de comerciantes; o Egito adotara o tipo de barra de prata da Babilônia, o “deben”, utilizando, ao mesmo tempo, as confeccionadas em cobre, e por fim em ouro). Essas barras possuíam peso e forma variáveis, e assim Gygés pensou em substituí-las por fragmentos metálicos uniformes, aos quais seria assegurado, oficialmente, o valor.

Logo a invenção foi aceita e melhorada, pelo surgimento da arte de cunhar moedas.

O sucessor de Gygés, foi Cresos, que viveu emntre 561-546 ^aC. Ele mandou cunhar pequenos lingotes de electrum - os “estrasteras” com o selo do Estado Lídio e com valor ajustado ao padrão babilônico e grego. Os “estrasteras” tiveram logo ampla aceitação, tornando-se moeda corrente no Oriente Médio.

3.1.2.4 Os Persas

Quando os persas se tornaram senhores do Império babilônico, aceitaram os hábitos e métodos financeiros dos povos conquistados.

Aperfeiçoaram, porém, o sistema monetário então vigente, introduzindo moedas de ouro e prata, fixando para as primeiras uma diferença sobre a segunda de 1 para 13. Esse sistema foi respeitado durante muitos séculos.

3.1.2.5 Disseminação do Uso do Dinheiro

O dinheiro tornou-se, então, um meio de pagamento que, ao mesmo tempo, se utilizava como meio de trocas, num determinado círculo de pessoas, e o qual, dotado de um “valor Nominal”, através da cunhagem, estava em condições de servir, também, como unidade de conta.

- Das duas funções acima enumeradas, o meio legal de pagamento é a mais antiga.

Ensina Max Weber:

“Nesta fase, o dinheiro nada tem a ver com a troca. A aquisição desta sua peculiaridade se tornou possível desde o momento em que uma economia sem troca conheceu também prestações econômicas, as quais, sem basear-se na troca, requeriam, entretanto, um meio de pagamento: tributos, presentes aos chefes, preço da noiva, dotes, ajustes, multas, castigos, etc. Em suma: prestações que exigiam determinados meios de pagamento. Somente de modo secundário associava-se a essas manifestações uma forma de dádiva, não do súdito ao soberano, mas sim do chefe ao seu séquito; o soldo que o senhor entrega aos seus vassallos, em forma de doação, e, mais tarde, os pagamentos do chefe dos mercenários aos seus soldados.

“Em Cartago, e de modo geral, em todo o império persa, a cunhagem da moeda era, exclusivamente, feita para arbitrar meios de pagamento de caráter militar, não como meio de troca”.

O “dáríco” persa, por exemplo, tornou-se conhecido como meio de pagamento para os mercenários gregos que integravam os seus exércitos.

A função do dinheiro como meio geral de troca, tem sua origem no comércio exterior. Diz, ainda, Max Weber:

“Começou a se manifestar à maneira de presentes mútuos entre chefes estrangeiros, como ocorreu no Egito, e no Antigo Oriente, segundo as tábuas de Tell-el-Amarna, datadas de 1,400^aC. A situação de paz entre dois impérios pressupunha contínuos presentes entre seus soberanos; era uma troca de caráter comercial entre chefes, e nela tem sua origem o comércio entre soberanos. A interrupção dos presentes significava a guerra. Outras fontes foram as mercadorias exóticas, de grande divulgação. O comércio típico de linhagem e de tribo torna suscetível de troca determinadas mercadorias, estimadas pelo único fato de não serem encontradas no mercado local. Esta moeda estrangeira assumiu uma função interna, ali, onde se tinham de efetuar pagamentos comerciais, como tributos ou direitos de pedágio: o chefe garantia a segurança dos mercadores, mas tinha que se conformar com a espécie de pagamento que os comerciantes lhe fizessem, ou seja, utilizando os meios de que dispunham. Por este processo, penetrou, primeiramente, a moeda estrangeira no comércio interno”.

Mais tarde, percebendo-se as vantagens do uso da moeda como agente intermediário, passou-se a empregar, também, moedas nacionais nas diversas modalidades de comércio, com mercadorias do próprio país.

E, assim, o mundo antigo começou a usar, amplamente, as moedas, passando da economia natural, baseada nas trocas em espécie, para uma economia monetária que, com o decorrer do tempo, ia mais e mais se aperfeiçoando.

3.1.3 A Grécia

A Grécia aperfeiçoou a técnica bancária aplicada pelos povos do mediterrâneo de que se tornou herdeira. A constituição de Solon autorizou o empréstimo com juros, e o comércio de dinheiro se desenvolveu a ponto de ser praticado até nos templos.

Os grandes templos gregos de Apolo, em Delfos; de Hera, em Samos; de Artemisa, em êfeso - tornaram-se donos de grandes capitais resultantes de oferendas, ao mesmo tempo em que recebiam do Estado e de particulares depósitos para aplicação rentável. Tornaram-se, pois, esses templos, verdadeiros bancos, que efetuavam as operações correntes nessa época.

Os templos antigos funcionaram, a princípio, como caixas de depósito. Era a sua primordial missão como banco. As caixas de depósitos dos templos eram bens sagrados; quem neles punha a mão cometia um sacrilégio.

O templo de Delfos era um lugar de custódia de tesouros para numerosos particulares, e especialmente, se constituiu na caixa econômica típica dos escravos. Uma infinidade de inscrições testemunhava que os deuses haviam comprado a liberdade dos escravos. Na verdade, a alforria se conseguiu com as economias que os escravos confiavam ao templo, para sua custódia, pondo-as a salvo da cobiça do senhor. Por esta razão, os templos da antiguidade, por exercerem essa função de caixa de depósito, foram, também, grandes prestamistas, especialmente para os príncipes, que encontravam neles condições mais favoráveis do que as oferecidas pelos prestamistas particulares. Geralmente, o templo era o lugar oficial para custódia de dinheiro, e o outorgante de empréstimos particulares e públicos. A caixa de Estado da Liga Marítima Grega era o templo de Atenas.

Com o desenvolvimento da civilização helênica e a expansão do seu setor comercial, a atividade bancária começou a ser também exercida por particulares.

Existiu, indubitavelmente, concentração de funções em algumas grandes instituições, mas diferentes operações bancárias foram exercidas, como especialidade, por várias espécies de bancos.

Assim, os trapezitai (trapezistas), como eram chamados por causa da forma da mesa sobre a qual efetuavam, nos cais ou nos recintos dos mercados, as suas transações, não só trocavam, não só emprestavam, mas também recebiam dinheiro de terceiros para guardar, E, o que mais é de importante, como início de uma estrutura sistematizada, iniciaram o registro contábil, anotando os nomes de seus devedores e dos seus depositantes, com as respectivas quantias devidas ou depositadas e as datas marcadas para o reembolso.

Od Kermatistai, equivalentes, aos ourives medievais, efetuavam provas com moedas para verificar sua autenticidade, assim como exerciam mister de cambistas, trocando-as.

Os daneistai eram apenas emprestadores de dinheiro.

Entretanto os bancos privados gregos nunca monopolizaram os negócios públicos ou estatais, apesar de disseminados por vários lugares. Os documentos dessa época mostram que, exceto em casos de emergência nacional, os bancos privados quase não tiveram oportunidade de transacionar com o Estado, pois tinham outros competidores nos bancos do Estado.

Quando se fez a nacionalização do banco, esta não teve origem, como depois na Idade Média, na má administração (falências) dos banqueiros particulares, mas sim nas razões de ordem fiscal.

As operações de câmbio convertera-se numa atividade muito lucrativa e, além disso, por razões políticas, tornava-se vantajoso controlar o maior número possível de depósitos particulares.

Em quase todas as cidades helênicas existiu, por esse motivo, um monopólio bancário estabelecido pelo rei. Entretanto, essas fundações nada tinham a ver com as funções dos

modernos bancos do Estado. Emissão de notas bancárias, regulamentação do padrão monetário e política monetária, eram funções puramente fiscais.

Os bancos de Estado, na Grécia, estavam espalhados por todo o seu território. Os de Abdera, Sinope e Cysucus são exemplo disso.

Atenas destacou-se, entre as cidades gregas, por suas instituições econômicas, tornando-se o maior centro mediterrâneo da economia monetária. O seu “dracma” tornou-se a moeda internacional do tempo. Jamais, mesmo nos momentos mais críticos, adotou qualquer medida que alterasse o valor monetário de “dracma”. Mantinha sempre o seu peso, de que resultava um valor com oscilações mínimas. Com um comércio marítimo sustentado por seus bancos, Atenas multiplicou, por todo o mundo civilizado da época, os seus empórios. E o porto do Pirineu foi considerado, então, o umbigo da Terra.

3.1.3.1 Moeda Divisionária

Entretanto, foram os espartanos que instituíram a primeira moeda divisionária. Possuidores de grandes minas de ferro, adotaram como moedas pequenos triângulos desse metal. Que denominaram “óbulos”. Com essa medida deram ao sistema bancário novas possibilidades de expansão, com o uso desse novo agente intermediário.

3.1.3.2 Invenção do Cheque

Foram os banqueiros gregos que inventaram o cheque, sistema que permitia aos viajantes o transporte de verdadeiras fortunas, sem o risco de roubo, pois levavam ordens individuais às agências locais dos lugares a que se dirigiam.

Essa inovação era um aperfeiçoamento da mesma fórmula, já anteriormente exercida, de modo mais rudimentar, pelos babilônios. Vigorava, nesse setor, um sistema de escrituração tão completo, que era usado, em juízo, para fazer provas de débitos.

3.1.3.3 Expansão do Sistema Bancário Grego

O sistema bancário grego espalhou-se pelos países vizinhos.

No Egito, com os Ptolomeus, adotou-se integralmente esse sistema. Tratando-se de um país eminentemente agrícola, as agências bancárias recebiam como garantia as colheitas, e efetuavam pagamentos por ordem de clientes.

Os bancos de Alexandria operavam até de noite, pois os barcos atracavam em seus portos nas horas mais inusitadas e o pessoal de bordo sempre necessitava de dinheiro.

Numa pequena cidade, Dionysias, perto do Lago Meris, no ano 151 ^aC., havia dois bancos privados. Um deles pertencia a Palamedes e Companhia, como informa um mutilado pedaço de papiro.

Existiam, no Egito dessa época, à maneira dos gregos, bancos estatais largamente disseminados. Sua organização constava de um diretor, um sub-diretor e um gerente responsável, sediados quer em Menfis, Tebas ou Arsine.

Em vários lugares apareciam bancos privados e estatais, procurando viver harmonicamente juntos.

3.1.4 Roma

Roma, enquanto esteve na fase de economia agrícola, isto é, nos cinco primeiros séculos do Império, pode dispensar os bancos.

Mas, a partir da evolução de sua primitiva sociedade agrária, e comprovado o êxito do sistema bancário grego, logo o adotou. O sistema bancário grego influenciou Roma de tal maneira, que alguns templos romanos se transformaram em verdadeiros estabelecimentos financeiros. O Colégio dos Flâmines, por exemplo, tornou-se conhecido por ter sido incumbido de executar a vontade do Estado, nos casos de penhora de propriedades devido a falta de pagamento de empréstimos, ressaltando-se os casos em que o proprietário concordasse em cumprir determinadas estipulações. Tal determinação é interessante, por motivo de penhora de propriedades.

Após a aristocracia rural, composta por austeros agricultores, que compunham o senado e dirigiam o Estado, surgiu a era dos cavaleiros. Essa nova classe fora ganhando prestígio por sua participação na guerra, pois como cidadãos ricos que de ordinário eram, podiam comparecer armados e a cavalo, por conta própria, para integrar o exército de Roma, sem nenhum ônus para o Estado. A eles se referia Cícero dizendo: “Os cavaleiros romanos, anteriormente chamados publicanos...”

A modificação social ocasionada por este aparecimento, fez com que o poder caísse em suas mãos. Mas não eram os cavaleiros apenas guerreiros destemidos. Tinham um senso comercial muito apurado, que os levou a se arremeterem no setor financeiro.

Constituíram, para isso, sociedades por ações, que podiam ser transferidas entre vivos. Um dos itens estabelecidos era a divisão proporcional dos lucros. Os acionistas elegiam anualmente, em Roma, sede social, um administrador, que era assistido por um conselho

constituído por membros escolhidos entre os detentores de menos de dez ações. Quando essas sociedades necessitavam de um aumento de capital para ampliar suas atividades, faziam um apelo ao público. Os que respondiam a esse apelo, recebiam obrigações com retribuição fixada no momento da inscrição. Ficavam, no entanto, excluídos dos lucros futuros, pois não participavam dos riscos.

Tais sociedades emprestavam recursos ao Estado, às entidades públicas, para realização de obras de interesse geral; financiavam construções portuárias, pontes e estradas; custeavam as atividades urbanas fornecendo meios para a ereção dos grandes edifícios; cuidavam do transporte de cereais advindos da Ásia e da África, do carregamento do azeite e vinho, enfim de tudo quanto fosse necessário ao abastecimento de Roma; garantiam, ainda, a transferência de fundos para o pagamento de soldados acantonados em todos os pontos do Mediterrâneo.

Os cavaleiros e todos os que a eles estavam ligados, dispunham de um serviço de um serviço perfeito de informações. Elaboravam listas de elementos falidos, comunicavam a solvabilidade dos devedores, especulavam com inteligência, fixavam as margens de lucro.

Revela-se o poder extraordinário da classe capitalista dos cavaleiros romanos, pelo fato de que eles conseguiram impedir que o Estado implantasse um monopólio nos bancos.

Com a expansão do poderio romano, as conquistas põem em equação os problemas de crédito e surge, então, em Roma, uma classe social que ficou conhecida pelo nome de *argentarii* (argentários), abreviatura do nome pelo qual os designa o *Digesto*: *argentarii mansae exercitores*.

No início, esses primeiros banqueiros romanos não passavam de simples trocadores ou caixa, depositantes de objetos que lhes entregavam à guarda. Só mais tarde é que leis menos severas permitiram que os *argentarii* pudessem operar de modo análogo aos banqueiros

gregos. Além de receberem depósitos e emprestarem dinheiro juros, sempre sob garantias dos grandes latifúndios do praticado, efetuavam transferência de fundos (*permutatio*), concedendo cartas de crédito; mandavam extratos das contas aos clientes, indicando o saldo e o lucro; trocavam, também, divisas estrangeiras.

O negócio dos *argentarii* ampliou-se, então de maneira extraordinária e sem nenhuma medida coercitiva, chegando eles a emprestar dinheiro a juros monstruosos de 100,200 e 300%, escandalizando com essa usura a opinião pública romana. Essa circunstância obrigou os legisladores romanos a impor-lhes normas. Assim, as leis romanas regulamentaram o negócio dos *argentarii*, estipulando uma inspeção oficial de suas contas, obrigando-os a possuir Caixa, livro de Depósitos e Diário. Além disso, em 210 a.C. foi baixada uma ordem que fixava lugares sob os arcos do Forum e suas imediações, para a localização das *tabernae argentariae* (loja dos argentários).

Os bancos públicos romanos denominavam-se “*mensae*”, pelo fato de os funcionários agruparem-se em volta de mesas. Funcionavam de maneira idêntica aos institutos estatais egípcios. Coletavam os impostos imperiais nas províncias, encaminhando-os ao tesouro; efetuavam a distribuição das moedas cunhadas nas oficinas oficiais; asseguravam os fundos necessários aos negociadores, que procediam à compra de mercadorias; custeavam as caravanas que uniam o Império Romano nos distantes países dos Partos, da Índia e da China. Ficou célebre, por exemplo, a “estrada da seda”, pois, quando Roma se tornou opulenta, passou a consumir grande quantidade de tecidos de seda proveniente do extremo oriente.

Quando os Partos cortaram o caminho do Oriente, os árabes descobriram a rota marítima. Nela se aprimoraram os seus navegadores, cujas embarcações partiam do golfo arábico, entravam no Oceano Índico e, através do estreito de Málaca, atingiam a China meridional.

Os romanos serviram-se dessa descoberta em benefício de seu comércio. Daí a razão de se terem encontrado moedas romanas, muitos séculos depois, na Índia e na China. Neste último país, de há muito, já circulava moeda fiduciária, constituída por um pedacinho de seda de formato quadrado, com selo oficial.

Roma, porém, cometeu o grave erro de não ter erguido o exemplo da Grécia, quanto à estabilidade da moeda, que por diversas vezes se desacreditou. Mas isso não impedia que a influência dos banqueiros romanos chegasse aos confins do Império. Foram encontrados traços evidentes das ligações de Roma com os países remotos da Índia e da China. Os delegados dos banqueiros iam a cavalo ou de navio para todos os cantos da terra, levando recursos, efetuando compras e financiando todas as atividades que garantissem lucros compensadores.

Assim, os bancos particulares romanos muito cooperaram para a expansão e poderio do Império, financiando as atividades mercantis, tornando possível o aumento da importação de artigos procedentes da China, da Pérsia, da Índia e Ceilão, além das mercadorias vindas através de Bisâncio, que por sua posição no Império, tornou-se um grande empório de especiarias, tais como a pimenta, a canela, os vinhos exóticos.

Todo esse comércio, porém, constitui-se numa verdadeira sangria de divisas para o ocidente, que poucas mercadorias tinha para oferecer em troca. E isso redundava na escassez, cada vez maior, dos metais preciosos.

3.1.4.1 - Política Monetária Romana

A política monetária de Roma foi decisiva nos últimos tempos da Idade Antiga e no princípio da Idade Média, até os merovíngios.

Ainda é Max Weber que ensina:

“Em Roma, houve, no começo, de modo efetivo, o padrão paralelo entre o cobre e prata, tentando-se manter estes dois metais na proporção de 11,2:1. Valor decisivo teve a criação do sestércio de prata, equivalente a uma libra de cobre. O ouro foi cunhado somente como moeda comercial, enquanto o cobre ficou reduzido, progressivamente, à condição de moeda de crédito, para as compras de poucas importância, com a simples função de moeda símbolo. Virtualmente a cunhagem era levada a cabo, principalmente, pelos chefes militares, cujos nomes aparecem quase sempre nas moedas de prata e ouro, já na época republicana; fazia-se à base das presas de guerra, não com o objetivo de atender às necessidades da economia, mas sim para o pagamento das tropas.

“Quando Cesar criou o império, começou a primeira regulação monetária definitiva. César adotou o padrão ouro. Seu aureus devia valer cem sestércios de prata, tomando como base a proporção de 11,9:1. Portanto, a prata subia de valor, sintoma de que o comércio dela necessitava mais do que anteriormente.

“O aureus manteve-se até a época de Constantino, sendo que a prata, pelo contrário, sofreu várias alternativas.

“Nero escolheu como liga o denário, com o que fez subir o prestígio do aureus. Caracala explorou, sistematicamente, o negócio de depreciar a moeda, e seus sucessores, procedentes dos meios militares, seguiram o seu exemplo.

“Esta política monetária (não a pretensa evasão do metal nobre para a Índia, ou o fracasso das explorações de minérios) arruinou a organização monetária romana. Foi Constantino, o Grande, quem empreendeu a tarefa de sua restauração. Ao invés do aureus pos o soldo de ouro, à base de 72 peças por libra (de 327,45 gr); supõe-se que, no comércio, este soldo era computado a peso”.

No século VIII a economia romana entrou em recesso. Os árabes tinham-se tornado marinheiros audazes e deslocado o eixo mercantil do Mediterrâneo. Com a conquista da Espanha por Musa, iria desaparecer a moeda imperial romana da circulação ocidental.

Formava-se então, uma nova sociedade, constituída por reis, bispos e abades.

3.1.5 Idade Média

3.1.5.1 Igrejas Bancos

Com a ruína da civilização antiga, os bancos degeneraram, por um período de vários séculos, num sistema de paliativos financeiros.

Existiam várias razões para isso, as mais importantes delas, sem dúvida, a descentralização administrativa e o enfraquecimento da autoridade governamental, com suas inevitáveis consequências na insegurança comercial. A grande variação na distribuição dos bancos patenteou a prevalência dessa insegurança de um modo surpreendente. Como na Babilônia, no Egito, na Grécia, os templos tornaram-se bancos.

Mas se o fenômeno parece similar ao ocorrido nos velhos países de antigas civilizações, veremos, após uma análise mais aprofundada, que a Europa medieval apresenta diferenças fundamentais.

Os antigos Estados eram fortes, ao passo que na Idade Média eram fracos. As igrejas e mosteiros cristãos, embora representassem a religião do estado medieval, ainda não eram, em cada país, tão fortes quanto o próprio Estado. Por essa razão, o depósito nas tesourarias das igrejas não poderiam ser tão garantidos como os que se faziam nos templos da antiguidade.

Existia, entretanto, uma certa segurança no uso das Igrejas como depósito de bens, pelo fato de ser opinião corrente a inviolabilidade dos recintos sagrados. O resultado foi, então, que o povo confiou aos membros eclesiásticos das Igrejas e Mosteiros o seu dinheiro, ou para ser simplesmente guardado ou para render dividendos anuais previamente estipulados, quer para sempre, quer por um determinado espaço de tempo.

Como era necessário chamar os interessados para virem receber as receitas depositadas no tesouro da Igreja, nas mais variadas regiões, faziam-no os padres por escrito e, assim, esses papéis comerciais tornaram-se os mais difundidos por toda Europa, ao circular de uma Congregação para outra. Eram negociáveis, e como tal, muitas vezes divididos em somas infinitesimais, com o propósito de serem negociados com pequenos investidores.

Além de gerir os bens alheios, o que trazia a seus cofres avultadas somas, a Igreja tornou-se, também, depositária de grandes valores, representando enormes capitais, formados por objetos de culto, em ouro e prata, resultantes das oferendas dos fiéis, além de substanciais quantias em dinheiro.

Para evitar a estagnação de seus capitais, a Igreja começou, novamente, como nos tempos antigos, a exercer atividades bancárias, através de créditos, sobretudo agrícolas, em proveito, principalmente dos senhores.

Os mosteiros usavam, como garantia, hipotecas sobre imóveis ou participavam das rendas reais. Conquanto a religião proibisse os juros, era admitida uma taxa de 8 a 10%.

Foi, entretanto, salutar a atividade da Igreja nesse setor, pois a economia rural não poderia subsistir sem tal ajuda. Graças a esse improvisado sistema bancário, a fome foi, muitas vezes, conjurada.

3.1.5.2 A Origem do Nome Banco

O nome banco dados aos estabelecimentos financeiros da Idade Média, segundo alguns, adveio do fato dos cambistas amontoarem o seu dinheiro sobre bancos, nos lugares públicos, quando efetuavam as suas transações; segundo outros, esse nome deriva do germânico “bank”, que usaram os alemães residentes no Norte da Itália, com o significado de “monte de dinheiro”, quando atenderam a uma subscrição de empréstimo a favor da Liga Hanseática. Os italianos teriam adotado a palavra Banca, por homofonia, para designar Banco.

Charles Conant diz “que um dos primeiros bancos públicos da Idade Média foi o “Monte della Pietá” (de onde derivou o Monte Pio) ou “Banco de Empréstimo sobre Penhores de Nápoles”.

Geralmente, entretanto, os bancos eram propriedade de um rico “cambista” ou de cambistas associados. Assim, em 1148 formou-se, em Gênova, o “Banco São Jorge”; em 1157, o “Banco Vitale” foi constituído em Veneza, através de um empréstimo compulsório ao Estado, ficando os prestamistas com poder de se constituir em Banco. Mais tarde, em 1407, uma instituição similar fundou-se em Gênova.

3.1.5.3 Características dos Bancos na Idade Média

Os bancos medievais, em seu princípio, possuíam um âmbito limitado.

As pequenas operações de dinheiro eram realizadas por estrangeiros: judeus, lombardos e cahorsinos (sob estas duas últimas denominações compreende-se toda classe de meridionais).

Ao lado do crédito de tipo consultivo (em sua origem, crédito de emergência com interesses levados à base de penhor) aparece logo o crédito de empresa, o crédito de comenda.

Entre as operações dos Bancos medievais, figura também a coleta de impostos, que corresponde, pouco mais ou menos, ao arrendamento de impostos da Antiguidade. Desde o começo do século XIII, até fins do século XIV constituiu a fonte das principais fortunas, especialmente das famílias de banqueiros florentinos. Como tinham agentes em todas as grandes cidades comerciais, representavam a instituição mais indicada para a arrecadação de impostos da Cúria, a maior força da época, sendo ao mesmo tempo, os que calculavam de modo mais exato; só aceitavam dinheiro de pleno valor, como o florim de ouro florentino.

Esta função permitiu aos mercadores, tal como acontecera aos mandarins da China, realizar fabulosos lucros, pois eram eles que estabeleciam a equivalência das moedas das diferentes comarcas, em relação com a classe de moedas exigida pela Cúria.

Associações de credores financiaram, frequentemente, as guerras das cidades entre si. Durante quase todo um século, o regime de impostos e direitos aduaneiros do porto de Gênova foi administrado no interesse exclusivo de uma associação dessa espécie. Muito maior envergadura adquiriram ainda os negócios de financiamento dos grandes banqueiros florentinos, na guerra franco-inglesa do século XIV.

3.1.5.4 As Letras de Câmbio

A Idade Média conheceu a letra de câmbio, mas o seu significado era o de um documento semelhante ao cheque atual. Era um simples meio de pagamento, de ordinário, para lugares distantes e, mediante o qual se resgatavam dívidas com fundos disponíveis noutra localidade: a diferença de lugares entre o da promessa de pagamento e o do cumprimento de tal promessa era essencial; o Direito Cônico se opôs, com toda a energia, à negociação de letras de câmbio sobre a mesma praça, considerando-a como operação usurária.

Assim, a letra de câmbio foi obtendo importância; todavia, para equiparar-se à letra moderna, faltava-lhe um requisito, que não teve até o século XVII: o endosso. É certo que continha a possibilidade para o tomador transferir a outrem a posse da letra, dando-lhe, assim, o direito de receber o dinheiro em seu nome. Todavia a cláusula “à ordem” tornou a aparecer, porque, nas grandes localidades de feira se produziam típicas oportunidades de pagamento. Havia nelas a possibilidade de pagar a letra e evitar os riscos do transporte do dinheiro. Para isso entregava-se a referida letra, para sua liquidação, a uma câmara de compensação, que pagava somente o saldo. Na realidade, a letra de câmbio era uma letra para desconto, supondo-se, tacitamente, que poderia ser cobrada num banco de giro ou numa associação mercantil da localidade. Essa peculiaridade constituía uma vantagem para os comerciantes interessados no negócio de liquidação que, desta maneira, tiveram interesse em garantir um monopólio nos gastos de transferência de letras, pelo que se opuseram a que elas fossem endossáveis. O banqueiro medieval intervinha no pagamento, aceitando a letra.

3.1.6 Evolução dos Bancos nos Países não Europeus

A Índia e a China seguiram o processo medieval em suas operações bancárias. O que os distinguia dos bancos do Ocidente era a sua capacidade extraordinária em matéria de regulação do padrão monetário.

Na China, o banqueiro realiza o contraste dos “taels”; fixa as condições de crédito, o tipo de juros e decide de respeito a todas as modalidades de resgate, de modo que a rotina do movimento de pagamento é movimento de créditos, em tudo quanto se refere ao comércio exterior, como em Cantão, por exemplo, sendo da competência exclusiva de algumas grandes

casas chinesas. Enquanto subsistiram os Estados particulares chineses, os bancos financiaram suas empresas bélicas, da mesma maneira como na Europa. Todavia, estas possibilidades desapareceram com a fundação do império chinês unitário.

Na Índia, todo o regime bancário se encontrava rigidamente regulado, segundo o sistema de seitas ou castas. Também ali, os bancos concederam créditos políticos, na época dos grandes Estados particulares, acabando-se, do mesmo modo, este tipo de operações, com a criação do Estado unitário do Grão-mongol. A partir de então, as operações de empréstimo, em caráter político, só se efetuaram como operação de arrendamento de impostos, a fim de antecipar as rendas, por meio de um empréstimo de capital.

3.1.7 Da Renascença a Idade Contemporânea

O encontro do ouro dos astecas e incas, e , depois, das Minas Gerais, no Brasil, permitiu ao sistema bancário uma expansão muito grande. Doutra maneira, o surto econômico financeiro da Renascença teria sido impossível.

Com tais descobrimentos puderam ganhar amplitude os métodos de Jacques Couer, de Bourges; dos Bardi e dos Peruzzi, simultaneamente comerciais e financeiras; dos famosos Médici - figuras de transição dos comerciantes de dinheiro da Idade Média para os banqueiros dos tempos modernos.

Os bancos passam a intervir na política do mundo. As lutas competitivas em Carlos V e Francisco I, foram custeadas por banqueiros poderosos. Jacob Fugger escreveria a Carlos V: “Vossa Majestada não teria obtido a coroa romana sem mim”. O que significava: sem o dinheiro que lhe adiantara. Assim, toda a linhagem dos Fugger de Ausburg tornou-se uma

força decisiva na Europa da época. Seus descendentes foram banqueiros de Felipe II, financiando a guerra contra a França, além dos turcos e da própria Reforma. Como garantia e compensação, receberam os Fugger a gestão das ordens de Santiago e Alcântara, que possuíam a concessão de exploração das minas de mercúrio de Almaden e das de prata de Gualdacanal. No Novo Mundo receberam, ainda, concessões várias, ficando senhores dos territórios que constituem hoje a Venezuela. Continuaram sendo os banqueiros da coroa espanhola por muitos decênios.

3.1.8 A Holanda e o Movimento Bancário

Foi na Holanda que, durante a Renascença, surgiu e aperfeiçoou-se um sistema bancário, que passou a atuar, em progressiva escala, financiando atividades marítimas e mercantis. Criaram os holandeses companhias por ações, negociáveis na Bolsa. Abrangiam diversas modalidades: companhias de seguros, companhias de refinarias de açúcar, da cultura de tulipas, com bulbos importados do Oriente e a célebre Companhia das Índias. Essas organizações estendiam-se por todos os seus domínios.

3.1.9 Suécia

Outra experiência bancária foi feita na Suécia em 1656. Consistia num estabelecimento composto de dois departamentos separados, sendo um de emissão e outro de empréstimos, mediante garantia real de propriedades e outros bens, conforme nos conta Luiz

Souza Gomes. Alguns anos mais tarde, este banco começou a emitir “notas bancárias”, o que dá ao referido estabelecimento de crédito o papel de pioneiro na emissão de notas de papel representativas da moeda, e cuja invenção, segundo se diz, deve-se ao banqueiro Palmstruck. A emissão de notas, porém, foi feita com tanta negligência e desorientação, que o banco em breve estava às portas da falência. A fim de salvar a situação, foi fundado em seu lugar um banco do Estado, que ficou conhecido mais tarde por Banco da Suécia, colocado pelo Parlamento inteiramente fora do controle real. A emissão de notas foi proibida, não se renovando senão em 1701.

3.1.10 História Bancária Inglesa

A história bancária inglesa, antes da fundação do Banco da Inglaterra, revela o fato de que os ourives - como comerciantes, e proprietários de metais preciosos, constituíram uma classe capaz de efetuar operações bancárias, gozando, frequentemente, do monopólio de examinar o peso da moeda - desempenharam um papel de grande importância naquele país, como em nenhum outro. Os ourives ingleses aceitaram depósitos, como banqueiros da Idade Média; financiaram empresas políticas, tanto dos Stuarts como dos Oliver Cromwells; realizaram, também, operações de giro, e, com relação a elas, foram os primeiros a entregar a seus clientes certificados fiduciários, glodsmith notes, cuja circulação não ficou limitada a esta sua clientela. A bancarrota do Estado, em 1672, foi o fim de tudo isso.

Adversários do banco eram também os ourives, diretamente afetados por esta organização, que representava o fim de seu negócio. Além disso, havia a nobreza latifundiária, que temia a hegemonia política e econômica da classe mercantil. O ano de 1694, com a

fundação do Banco da Inglaterra, assinalou, portanto, um dos mais notáveis eventos do mundo do dinheiro e do crédito. Dessa data em diante, a evolução do sistema bancário marchou para as formas definitivas que se acentuaram no princípio deste século, revestindo a feição moderna com que esses estabelecimentos se apresentam hoje, e que lhes permite ocupar, nos mercados financeiros, uma posição preponderantemente e de inquestionável prestígio.

3.1.11 Sistema Bancário Francês

Até 1870, o regime monetário francês baseava-se no bimetalismo: o ouro e a prata eram reciprocamente conversíveis, na base de relação determinada em lei. Após a guerra franco-prussiana, com a generalização do padrão-ouro, a França foi, aos poucos, substituindo a prata por aquele metal, afastando-se, assim, do bimetalismo reinante. A principal instituição francesa é o Banco de França que atua como um Banco Central. Esse estabelecimento foi sempre administrado com muita prudência e sabedoria, sendo o seu encaixe metálico um dos mais fortes entre seus congêneres. O Banco de França era uma sociedade anônima, que o Governo controlava, sob a alegação de ser esse instituto de interesse geral. Ao Banco era atribuída a função de controlar a situação monetária do país e gozava, também, do privilégio emissivo. Além do mais, dava ao estado um concurso permanente em seus movimentos de fundos, recolhendo em todo o país as receitas depositadas pelas tesourarias gerais e efetuando os pagamentos autorizados. Esses pagamentos são feitos pelo Banco sem qualquer comissão, dos juros de títulos do governo. O Banco de França funciona, em última instância, como o supridor de moeda e crédito. Os seus depósitos são, em grande parte, constituídos por depósitos de outros bancos, que guardam, sob essa forma, uma parte de suas reservas. Ele é

concorrente dos bancos privados no setor de depósitos e descontos, operando com particulares, através de suas 150 sucursais, espalhadas por todo país. As autoridades francesas sempre se preocuparam com o controle do crédito bancário, em todas as suas facetas. Assim, os bancos privados podem conceder créditos em conta de caução, sob a garantia de títulos do governo, além de descontar efeitos comerciais sem restrições, mas, para outras operações creditícias, existe um limite estipulado, o qual, para ser ultrapassado, necessita de uma autorização do Banco de França.

A política bancária na França, dada à multiplicidade de órgãos exercendo a mesma função, como que fica diluída. O Banco de França responde, por exemplo, pelo controle dos meios de pagamentos. Mas, quem fiscaliza e disciplina a atividade bancária, é a Comissão de Controle dos Bancos, que divide essa atribuição com o Conselho Nacional de Crédito.

3.1.12 Instituição Bancária Americana

O sistema bancário dos Estados Unidos criou-se segundo o ideal de individualismo e de liberdade, que é uma característica do povo americano. Qualquer grupo de pessoas solváveis, dispondo de um pequeno capital, podia fundar um banco.

A estrutura do sistema baseava-se numa rede de 12 bancos de reserva, disseminados pelos principais centros comerciais do país, criando-se, ao mesmo tempo, 24 agências em cidades secundárias. Esses 12 bancos centrais integram uma estrutura, coordenada por um organismo central, que é o Conselho de Reserva Federal, com sede em Washington. São, assim, 12 bancos centrais, com poder emissivo, cujas notas de Reserva Federal circulam em todo o país e cujos depósitos são facilmente transferíveis de um para outro. Os Bancos de Reserva Federal

não foram criados com o objetivo de lucro, mas, como diz a ementa da lei de reserva federal “para fornecer uma moeda elástica, oferecer meios de redesconto do papel do comércio, criar um controle mais eficaz da atividade bancária nos Estados Unidos e para outros fins.

3.1.13 Resumo Histórico

Embora se descubram funções bancárias em sociedades antigas, quando comerciantes ricos emprestam dinheiro ou aceitam documentos onde se formulam as promessas de pagamentos futuros, a instituição bancária se desenvolveu, mesmo com o capitalismo mercantil, ampliando-se ainda mais, depois da Revolução Industrial. Seu campo de ação desdobra-se nos valores que emanam das atividades comerciais e na necessidade de facilitar o pagamento.

De maneira mais ampla, pode-se definir o Banco e as instituições financeiras congêneres, como organismos que têm por fim facilitar a circulação da moeda e presidir a sua distribuição. Para atingir esses objetivos, baseia as suas atividades e a sua estrutura em dois elementos econômicos: a moeda e o crédito.

3.1.14 História Financeira do Brasil

O comércio interno europeu havia alcançado o seu apogeu no século XV, quando as invasões turcas vieram perturbar o seu ritmo de desenvolvimento, com a obstrução das linhas orientais de abastecimento dos produtos de alta qualidade, inclusive manufaturas.

Urgia o descobrimento de novas rotas, não pressionadas pelos turcos, que levassem às terras orientais os mercadores europeus. E isso aconteceu, graças a Portugal, com o feito de Vasco da Gama.

O restabelecimento das linhas orientais, contornando o obstáculo otomano, constituiu, sem dúvida alguma, a maior realização dos europeus na segunda metade do século XV. E foi em decorrência desse evento, que houve a descoberta das terras americanas.

A princípio, essa descoberta pareceu um episódio secundário. E para os portugueses assim sucedeu, de fato, durante cerca de meio século, já não se podendo dizer o mesmo dos espanhóis, pois o ouro, acumulado pelas velhas civilizações da meseta mexicana e do altiplano andino, contribuiu grandemente para o fortalecimento de sua economia.

Essa miragem de fabulosos tesouros suscitou enorme interesse nos demais países europeus e, conseqüentemente, grande rivalidade entre eles, a Espanha e Portugal. Segundo esses países, os portugueses e espanhóis não tinham direito senão aquelas terras que houvessem efetivamente ocupado. Essa opinião determinou, então, medidas radicais, visando a ocupação das grandes áreas recém-descobertas.

O início da ocupação econômica do Brasil é, pois, em grande parte, uma consequência dessa pressão política.

Portugal, entretanto, não possuía meios suficientes para colocar improdutivamente no Brasil, de vez que a possibilidade de existência de ouro no interior da terra era um fato hipotético, acarretando tal pesquisa o desvio de recursos de empresas muito mais produtivas no Oriente. E, além dessa perspectiva de exploração mineral, as terras recém-descobertas apresentavam escasso interesse econômico. Defendê-las, de forma efetiva e permanente, constituiria um servidouro enorme de dinheiro.

Portugal, porém, encontrou uma forma de utilização da terra, independente da extração de metais preciosos, possibilitando a cobertura dos gastos na defesa de seu domínio. Por seu intermédio, a América, deixando de ser uma simples empresa espoliativa e extrativa, cuja técnica e capitais nela se aplicam, para criar, de forma permanente, um fluxo de bens destinados ao mercado europeu.

A exploração agrícola das terras brasileiras tornou-se, então, um acontecimento marcante na história americana.

O ouro pode ter dado a sensação de riqueza; mas, a sensação de abundância pessoal, de fortuna solidamente plantada, de prosperidade do país - foi dada pelo esforço agrícola, principalmente pela economia açucareira.

A primeira Casa da Moeda do país foi criada em 1698 na Bahia, de onde veio para o Rio de Janeiro, depois para Recife, em 1700, e voltando, então, definitivamente, para o Rio de Janeiro em 1703. O dinheiro, na época colonial, tinha um grande poder aquisitivo, pois com dois réis apenas, se podia adquirir alimentos suficientes para uma refeição.

O papel moeda apareceu pela primeira vez quando, no Brasil Holandês, fez-se uma tentativa com as chamadas “ordenanças”, destinadas a facilitar operações internas, quando a moeda provinda da Europa escasseou, em consequência do bloqueio espanhol português. No Brasil Colônia circularam, dois papéis-moeda: o bilhete de extração e o de permuta. Eles retratavam as necessidades do meio circulante, acentuadas, ainda mais, com a abertura dos portos. Trouxeram, porém, uma série de problemas que D.João VI procurou resolver de diversas formas, inclusive com a criação, ainda em 1808, do primeiro Banco do Brasil, entre outras coisas, principalmente, um banco-emissor.

O alvará autorizando a criação de um “Banco Nacional”, o que veio a ser o primeiro Banco do Brasil, foi expedido em 12 de outubro de 1808. O Banco tinha finalidades de

crédito, tais como: desconto mercantil de letra de câmbio sacadas ou aceitas por negociantes; comissão dos cálculos que arrecadasse por conta de particulares ou estabelecimentos públicos, ou sobre eles adiantasse importâncias mediante hipotecas; o depósito de prata, ouro, diamante e dinheiro; a comissão de cheques por conta de particulares ou do Real Erário, a fim de realizarem fundos tidos no estrangeiro ou em local nacional remoto; o recebimento de toda soma que se lhe oferecesse a juro de lei, pagável a certo prazo em bilhetes à vista, ou à ordem do portador. Como se percebe procurava-se, assim, estruturar toda uma engrenagem bancária.

A vinda da família real para o Brasil foi um acontecimento que determinou as mais largas consequências, sendo o percurso imediato da sua independência. Essa transferência teve a maior repercussão econômico-financeira. Fixando-se na colônia, após deixar o Reino de Portugal, então ocupado pelos franceses, D. João rompia efetivamente todos os laços que ligavam o Brasil à sua Metrópole. No terreno econômico, avolumam-se as medidas que libertam o Brasil dos empecilhos que entravam o seu desenvolvimento, como também as que procuram incentivar as atividades do país. Constroem-se estradas, melhoram-se os portos; introduzem-se novas espécies vegetais, como o chá e o cânhamo, a cultura da seda, por exemplo; promove-se a imigração de colonos europeus; procura-se aperfeiçoar a mineração do ouro. E, assim, como essas, outras medidas são tomadas, abrangendo todos os setores. Esse estímulo econômico ecôa no comércio exterior, índice fundamental numa economia como a brasileira. A estada da corte portuguesa no Rio de Janeiro contribuiu, pois, para o desenvolvimento econômico do Brasil, assinalando, acima de tudo, um primeiro passo para a transformação que se ia operar no país.

3.1.15 A República

A economia brasileira, apesar das dificuldades financeiras, havia se desenvolvido sobremodo durante a I República. Iniciara-se, também, na República Velha, durante a I Grande Guerra, uma indústria substitutiva de produtos importados, impossibilitados de aqui chegarem pelas dificuldades oriundas do conflito. Antigos estabelecimentos artesanais transformavam-se em fábricas. Assim, as necessidades de nosso mercado interno eram satisfeitas com os próprios recursos nacionais, o que reflete um belo índice de progresso. Nossa tecelagem, cerâmica, produtos farmacêuticos, artefatos de ferro, borracha, plásticos, conservas, produtos elétricos, entre outros, tinham, também, grande aceitação nos mercados vizinhos. Durante a I República, cresceu, pois, o parque industrial brasileiro. Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, passaram a ser grandes centros fabris, notadamente este, o maior parque industrial da América Latina.

A imigração ocorreu para o progresso dessa indústria nascente, trazendo mão-de-obra qualificada além de técnicos e pequenos e médios empresários, que recolhendo recursos na lavoura ou no artesanato, depois se estabeleciam com pequenas fábricas. Assim, a partir de 1890 e até 1930, cerca de 3,5 milhões de estrangeiros entraram no Brasil, sendo o Estado de São Paulo o maior beneficiário dessas entradas.

Também não se pode deixar de destacar a modernização da legislação brasileira referente ao desenvolvimento econômico financeiro, inclusive no setor bancário. Expediram-se decretos e leis sobre sociedades anônimas, em 1891; emissões de debêntures, em 1893; sobre letras de câmbio e notas promissórias, em 1908; sobre cheques, em 1912; sobre propriedade industrial, em 1923. Decretou-se, além disso, a lei de falências em 1929 e atualizou-se no Código Civil o direito de obrigações. Em decorrência da pressão exercida pelos fatores

internos e externos de crescimento, ressaltando-se os de ordem tecnológica, o legislador procurava inteirar-se da crescente complexidade da vida nacional.

Em 1930, com o triunfo das forças revolucionárias, teve fim a I República. Mas, apesar das dificuldades que enfrentou, em decorrência da transição de um regime para outro, acarretando perturbações da ordem pública e das agruras de uma grande guerra, pode ela legar, aos seus herdeiros, as bases de uma economia bem estruturada, que concorreriam para o progresso, cada vez maior, da terra brasileira.

3.1.16 A II República

A II República inicia-se com a posse do Governo Provisório, a 3 de novembro de 1930 e Getúlio Vargas assumiu o governo. O Governo provisório foi constituído num momento de extrema gravidade. O nosso principal produto, o café, sofria as consequências da crise de 1929, que repercutiu cruelmente em seu preço. A baixa brusca do preço do café no exterior, que carreava para o Brasil cerca de $\frac{3}{4}$ da receita cambial, e a falência do sistema de conversibilidade, acarretaram a queda do valor externo da moeda. O déficit orçamentário da União, quadruplicou em 1930 e, depois de uma ligeira queda em 1931 ascendeu em 1932. Em 1930 a dívida externa nacional, chegava a dez vezes a receita federal, dessa dívida 35% pertencia aos Estados Unidos, cuja presença já se evidenciava na economia do país. Os bancos, por sua vez, não recebendo juros nem capitais dos empréstimos efetuados, foram forçados a executar as dívidas entrando na posse das propriedades agrícolas. O Banco do Brasil, único comprador de letras de exportação e vendedor de cambiais, viu-se impossibilitado de efetuar remessas para os mercados estrangeiros, não podendo cobrir nem mesmo as importações

essenciais de combustíveis e trigo. Foi elaborado um programa , que previa uma série de medidas a serem tomadas, tais como: o equilíbrio orçamentário, a estabilização do câmbio, a reforma monetária e, ainda, a limitação dos empréstimos externos por parte dos Governos Federal ou Estaduais. O país vivia na situação ilógica de ter bancos e não ter organização bancária; de viver em sobressaltos contínuos, sem tranquilidade, sem confiança, com crédito escasso, não tanto por deficiência de numerário, como pela morosidade e defeito da respectiva circulação.

Entre 1940 e 1941, a rede bancária aumentou de 286 estabelecimentos; entre 1941 e 1942, surgiram 282 unidades,; de 1942 para 1943, o aumento foi de 253 e, de 1943 para 1944, de 278. Era necessário pois, o máximo ordenamento no funcionamento do sistema bancário. E, tendo-se em vista que a Guerra havia criado “vários elementos que interferem no sentido de perturbar a confiança na normalidade dos negócios em geral, cumprindo ao Governo anular-lhe a ação”, e que “é fundamental assegurar aos bancos a mobilidade de seus ativos que permitam, em qualquer emergência, fazer face aos compromissos assumidos com seus depositantes e às necessidades gerais da economia do País”, restabeleceu-se, em abril de 1944, pelo decreto-lei 6149, a Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária, com atribuições ampliadas, passando a fiscalizar os estabelecimentos de crédito e a acompanhar o seu comportamento.

Mas faltava um órgão centralizador, abrangendo múltiplas atividades. Tentou-se, então, constituir um Banco Central, mas sem êxito. Entretanto, lançara-se a semente, embora ela demorasse mais de duas décadas para germinar.

As transformações ocorridas no panorama mundial passaram a exigir, de todos os países, um controle mais eficiente de seu sistema cambial. Se os problemas bancários e

monetários, nos anos anteriores à II Guerra, já exigiam a presença de um Banco Central, essa necessidade tornou-se mais aguda a partir do Armistício.

Em 1945, o governo brasileiro resolveu que esse objetivo deveria ser alcançado por etapas. Assim, em fevereiro desse ano, o Ministro da Fazenda, assinou o decreto 7293, criando a Superintendência da Moeda e do Crédito com o objetivo imediato, conforme estipula seu artigo 1º, “de exercer o controle do mercado monetário e preparar a organização do Banco central”. Houve nessa época um salto de 125% no número dos estabelecimentos, entre matrizes, agências, filiais e escritórios e de 217%, no valor do capital realizado, justificando a preocupação das autoridades em consolidar a política monetária.

Em 1950 a economia, no auge de seu processo de transição, da agricultura para a indústria, ativou o processo inflacionário. Outros fatores como o problema da estatização da exploração petrolífera, agitavam também o ambiente. Esse clima de agitação crescia dia a dia, agravado por sérias perturbações políticas, e culminaram numa situação tão insustentável para o governo, que determinou o suicídio de Presidente Getúlio Vargas.

Surgiu a Petrobrás, órgão executor do monopólio estatal de todas as atividades petrolíferas. Foram dedicadas, também, especiais atenções ao problema industrial, então em franca expansão. Segundo a revista *Desenvolvimento & Conjuntura*, editada pela Confederação Nacional da Indústria, foi no governo Getúlio Vargas que “surgiu o primeiro esboço de uma política nacional de desenvolvimento”. Nesse período (1952), foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a maior instituição financeira de fomento do País, e o principal executor da política de investimentos do Governo Federal.

No governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, os empresários estrangeiros, aproveitaram todas as vantagens proporcionadas pelas autoridades brasileiras, e investiram no Brasil 442,7 milhões de dólares, ficando os Estados Unidos com 45% do total, na liderança. O

mais apoiado setor foi o da indústria automobilística, com mais de 50% dos investimentos. Iniciava-se, assim, a chamada “fase desenvolvimentista”. Para garantir a indústria nacional, cujo crescimento se acelerava em todos os setores, foi proibida a livre exportação. Se o governo Kubitschek levou aos governos seguintes sérias dificuldades no setor financeiro, ele é responsável, entretanto, pelo surto industrial subsequente, propiciando todo o progresso sócio-econômico que viria depois.

No governo do Marechal Castelo Branco, houve a normalização do processo econômico-financeiro nacional, através de um planejamento global. Reformas profundas foram efetuadas na legislação referente a este setor. Adotaram-se medidas restritivas chegando a causar estranheza nos meios empresariais, habituados a inteira liberdade. Foi nesta gestão que se deu a criação do Banco Central do Brasil, através da lei 4595, de 31 de dezembro de 1964, baixando normas que o regulassem, definindo suas características principais, as instituições que o comporiam e as suas áreas específicas de ação. Constituiu-se o Conselho Monetário Nacional, órgão de cúpula do Sistema, que elaboraria a política monetária e creditícia do país, criando condições para o progresso econômico e conseqüente melhoria social dentro da nação. O Banco Central do Brasil, substituindo a Superintendência da Moeda e do Crédito, suprimida no advento da lei já mencionada, atuaria como organismo de fiscalização e execução junto ao Conselho Monetário. A principal qualidade da medida adotada em 1964, foi a criação de uma verdadeira lei bancária, uniforme e disciplinadora, metodizando a anterior legislação, tumultuada e confusa, oriunda de um sem número de decretos-leis, instruções e circulares da SUMOC. Ao examinar as causas da permanente inflação brasileira, apesar dos honestos esforços de vários governos para debelá-las verificou o governo que um dos motivos mais graves era a falta de estrutura básica para o sistema financeiro brasileiro. Era preciso uma profunda modificação nesse setor, a fim de adaptá-lo ao ritmo de desenvolvimento nacional.

Assim, o Banco Central viria preencher essa importante lacuna. E, foi ele criado, segundo as peculiaridades da economia brasileira, com seu campo de ação dilatado, ultrapassando, em muitos casos, os atribuídos normalmente a organismos similares do mundo ocidental. Cabe-lhe, além da revitalização de nosso sistema financeiro, adequar esse sistema ao processo econômico de consolidação de sua infra-estrutura, com ingerência nas atividades produtivas e de circulação de riqueza do país.

Um dos papéis mais relevantes do Banco Central é a sua participação na política financeira externa, quer através do controle das atividades de residentes no país, por intermédio do mercado cambial, quer nas relações das autoridades monetárias brasileiras com autoridades monetárias de outros países, organismos internacionais, etc. Além dessas funções, o Banco Central cuida da estabilidade da convergência de fundos para o mercado cambial, visando a manutenção do seu nível e do balanço de pagamento, bem como da administração das reservas cambiais do País e das suas divisas em moeda estrangeira. Compete, também, ao Banco Central, coordenar o mercado financeiro e o mercado cambial, bem como fiscalizar as ações efetuadas pelos diversos órgãos e empresas que integram os referidos mercados. Quanto ao setor bancário, é atribuição do Banco Central pugnar pelo seu maior fortalecimento, sugerindo medidas que objetivem alcançar esse propósito. Daí a efetivação de fusões, transferência de controle acionário e liquidação, verificadas em várias instituições de crédito. Todas as atividades de fiscalização do sistema bancário, enfim, estão a cargo do Banco Central, através de seus diversos órgãos.

O banco na transformação de sua imagem deixou de ser, apenas, um grande depósito de economias, que subsistia através dos cheques, das cobranças e dos empréstimos, para ser uma grande entidade de prestação de serviços com múltiplas funções. Muitas tarefas as vezes consideradas como estranhas as áreas financeiras acabam sendo transferidas aos bancos, que

souberam de alguma forma assimilar estas peculiaridades. Serviços estes que atingem os graus de sofisticação solicitados por sua clientela. Neste raciocínio lógico, pode-se notar facilmente a nova amplitude de seus serviços e o aumento de sua responsabilidade para a economia nacional. Surge, portanto, uma nova estrutura, que por anseio natural de sua sobrevivência e otimização de seus lucros sente a obrigatoriedade de se preocupar com o mercado.

3.2 ESTRUTURA ATUAL DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

A estrutura atual do Sistema Financeiro Brasileiro é subdividida em sistema normativo e sistema de intermediação. O sistema normativo é encabeçado pelo Conselho Monetário Nacional e tem como participantes o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários. O sistema de intermediação é composto por dois grupos: o primeiro de agentes especiais compostos pelo Banco do Brasil e BNDES e o segundo pelas demais Instituições Bancárias, não bancárias e auxiliares cujos componentes são: Bancos Comerciais Públicos e Privados, Bancos Estaduais de Desenvolvimento, Bancos de Investimento, Caixas Econômicas Estaduais e Federal, Associações de Poupança e Empréstimo, Sociedades de Crédito Imobiliário, Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, Bolsas de Valores e outras instituições auxiliares.

3.3 BANQUEIROS

É evidente a presença de banqueiros e bancos na vida nacional: eles se expandem, formam grandes grupos econômicos, dominam espaços urbanos privilegiados com suntuosas agências, cruzam as fronteiras e estreitam vínculos com o sistema financeiro internacional.

Além de uma marcante influência econômica se percebe muito mais: os banqueiros estão presentes na luta política, através do controle ou influência nos partidos políticos e nas instâncias estatais de decisão e da vinculação com importantes meios de comunicação em massa, além de outros canais de influência sobre o processo sócio-político do país.

Em termos globais, podemos constatar que um número reduzido de banqueiros controlou e/ou controla ou hegemoniza a direção e as atividades dos órgãos representativos da fração bancário-financeira do país, representando fortes interesses, setoriais econômicos e que normalmente se apoiam em uma variada gama de conexões empresariais, políticos e mesmo militares.

Vilões ou vítimas, ou nem um nem outro, os banqueiros, como fração burguesa com apreciável poder econômico e político têm se mantido à margem de estudos e pesquisas que envolvem os privilégios da burguesia onde a ênfase sempre foi a fração industrial e política do Brasil. (MINELLA, 1988, p. 12).

Independente disto, existem uma série de questões relevantes que continuam em aberto e que não farão parte deste estudo, mas que servem como alerta para outros pesquisadores e que destacamos. O que existe de real e de ficção em relação ao poder dos banqueiros? Como eles se organizam para fazer prevalecer seus interesses econômicos e políticos? O que pensam e planejam em relação a algum modelo de desenvolvimento para o país? Que papel jogam no processo de acumulação de capital no Brasil? Enfim, estas e tantas

outras indagações sobre a realidade do sistema bancário e seus Agentes nos leva a crer que do simples usuário dos serviços das agências bancárias ao capitalista, grande ou pequeno, passando pelos mais diversos segmentos sociais, todos parecem “dependem” do funcionamento do sistema bancário, onde cada vez mais, bancos e banqueiros tem relação com o cotidiano do cidadão brasileiro.

3.4 BANCÁRIOS E SINDICATOS

Não poderíamos vislumbrar a facilidade ou dificuldade de ser banqueiro no país sem antes conhecer a intrínseca dependência de um banco em relação aos funcionários deste.

A existência de Sindicatos e Federações tanto por parte dos banqueiros como por parte dos bancários sempre teve o objetivo de defender o interesse das partes em acordos firmados nos chamados dissídios coletivos onde as negociações trabalhistas eram efetivamente levadas a cabo.

Esta relação causou embates consideráveis nos anos 70, mas foi na década de 80 que as negociações ganharam grande repercussão pública, onde ambos os sindicatos procuravam explicar à “opinião pública” suas posições, objetivando ganhar credibilidade como forma de apressar o desfecho da negociação que algumas vezes, traduzia-se em vários dias de greve com prejuízos vultosos aos bancos.

No final da década de 70, durante o governo Geisel através de um Decreto-Lei (nº 1632 de 04/08/78) foi proibida a greve nos “serviços públicos e nas atividades essenciais de interesse da segurança nacional”, entre as quais foram incluídos os bancos. Relatamos na

íntegra, a título ilustrativo, um comunicado da FEBRABAN através dos órgãos de imprensa na época e que traduz a busca da “deslegitimação” dos representantes dos bancários pelos banqueiros, fato este ainda visível nos dias de hoje:

“Ninguém desconhece a profunda transformação dos bancos, hoje em dia verdadeiras sociedades de serviços, compreendendo os mais variados e importantes interesses da comunidade e satisfazendo-os diariamente. Assim, só para enumerar alguns casos, os aposentados, os operários (nos postos de serviço), os trabalhadores estatais (através dos bancos federais e estaduais) recebem seus salários e rendimentos nas agências. E convém lembrar que os tributos e contribuições para os órgãos da previdência social são arrecadados pela rede bancária nacional e desses recursos dependem as obras e serviços públicos que afetam a população. Daí a legitimidade da legislação em vigor, proibindo a greve no setor bancário, com a finalidade de preservar os interesses vitais da sociedade. De sua parte, os bancos têm exercido a função social de que estão investidos. Em 1978, concederam aos bancários uma aumento médio superior a 50% e houve um acordo salarial, enquanto em 1977, o aumento foi acima do índice oficial. Em contato que mantivemos com os bancários, sentimos que a maioria expressiva deseja acordo e não conflito, que só o aproveita a minoria interessada em objetivos políticos divorciados da classe. Confiamos, e o passa identifica, sem esforço, a razão, no diálogo leal, aberto e franco, entre os empregados e empregadores, num clima de respeito recíproco, na busca da solução justa. Capital e trabalho se encontram, naturalmente na empresa e devem desempenhar seus respectivos papéis de forma convergente, pois, finalmente seus interesses são interdependentes. Esperamos que prevaleça o bom senso por sobre os interesses políticos que escapam aos elevados objetivos dos bancários. Se, em 1978, a classe foi beneficiada pelo entendimento, por que evitá-lo agora?”

O que se observa hoje, às “portas” do ano 2000 é uma categoria de funcionários reduzida a menos de 1/3 do total já existente no mercado brasileiro, em parte pelos processos de fusões e incorporações, e em parte, e principalmente, pela racionalização dos serviços através da automação bancária.

As Instituições financeiras modernas já não devem tratar o bancário como um empregado ou simples funcionário e sim como um executivo financeiro onde o mesmo tenha o sentimento , a obrigação e a autoridade de negociar e assessorar os clientes, agregando valor aos negócios desses e ,principalmente, ao Banco que é necessariamente também seu, considerando-se uma política de participação nos resultados e investimentos nos papéis (ações) do Banco.

Para isso acontecer é necessário investimento maciço em treinamento onde os funcionários venham a agregar valor e não custos à organização. Esta procura de atualização e modernização, quebrando paradigmas e mudando conceitos introduz um novo perfil ao bancário atual onde, segundo dados da FEBRABAN a porcentagem de bancários que já têm concluídos cursos superiores, atingiu em 1997, 34% do total da categoria. Ainda segundo a FEBRABAN apesar da redução no número de empregos os Bancos têm procurado manter os funcionários mais antigos e experientes.

As funções de caixa, escriturário e chefia intermediária, que formam a grande maioria na categoria têm perdido espaço , sendo estas funções fadadas a extinção num curto espaço de tempo, ou seja as funções mais braçais estão sendo facilmente substituídas pela tecnologia.

Já o novo bancário é o gerente ou assistente ligado a área de atendimento ao cliente e estes devem ser sistematicamente treinados, objetivando ao atendimento das necessidades dos clientes, preferencialmente antecipando-se a elas, acompanhar o desempenho dos Bancos

concorrentes reforçando assim, um maior grau de comprometimento para com o processo em si e para com a Instituição.

3.5 BANCOS NO BRASIL NA ATUALIDADE

Neste capítulo iremos discorrer sobre o panorama atual dos bancos aqui instalados, suas limitações e perspectivas de sobrevivência com a chegada de verdadeiras potências financeiras internacionais representadas por bancos ingleses, espanhóis, portugueses, americanos, etc.

O ano de 1997 apresentou uma diminuição no número de instituições - de 234 para 217- em que pese o crescimento no patrimônio líquido do setor bancário brasileiro. Tivemos ainda a intervenção do BACEN em bancos de expressão e com tradição que acabaram sendo vendidos a outros bancos, principalmente os estrangeiros, caracterizando na prática abertura de um mercado até então bastante reservado e controlado pelas autoridades monetárias. Além de diversos bancos “nanicos” que sobreviviam principalmente de ganhos de tesouraria em tempos de inflação, podemos destacar bancos grandes que sucumbiram por diversas razões que vão desde a incompetência administrativa a té mesmo fraudes, como Banco Econômico, Banco Nacional e Banco Bamerindus. Estes contribuíram para o enxugamento do sistema bancário que ainda está em fase de consolidação no que se refere a globalização.

Este panorama nacional sugere ainda uma maior enxugamento onde, segundo estudo da Associação Brasileira de Bancos Comerciais e Múltiplos (ABBC) em 1997, apurou-se que

de um total de aproximadamente 220 bancos aqui instalados, 151 são representados por pequenas instituições que representam menos de 10% do total geral de ativos.

Isto não quer sugerir que estes pequenos bancos serão engolidos por gigantes do setor que na busca de ganhos em escala preferem os bancos médios e até mesmo os de porte parecido para prática de fusão e ou incorporação. Ao contrário, o mercado em que atuam os bancos pequenos, sejam regionais, de investimento ou simplesmente de varejo, é bastante promissor e a sobrevivência destes bancos, depende exclusivamente de sua capacidade de se reinventarem na busca da excelência na prestação de serviços e numa melhor prática bancária, reaprendendo a emprestar através de sofisticados instrumentos de análise de risco já incorporados no dia a dia de grandes e modernas instituições internacionais.

3.5.1 BRADESCO

É caracterizado como uma instituição exclusivamente brasileira, classificado como o maior Banco nacional com um patrimônio líquido de 5,75 bilhões de dólares.

O Bradesco, como os demais bancos brasileiros, vive hoje em um mundo muito diferente daqueles dos ganhos fáceis com a inflação. Um ambiente impiedoso com quem falha. Um a um os banqueiros brasileiros têm vergado. Uns sob o peso da ineficiência gerencial. Outros, por falta de tamanho para suportar uma competição cada dia mais árdua. Foi assim com o Banco Nacional, o Bamerindus, o Econômico e também com seu sucessor o Excel.

A pergunta que se formula no mercado é: O Bradesco, como maior banco nacional privado se perpetuará tal como é?

A resposta é não. E por isso mesmo seus executivos sob o comando do Sr. Lázaro de Mello Brandão, têm investido na tentativa de preparar jovens lideranças que efetivamente agreguem valor à organização.

Possuem um projeto em andamento na Cidade de Deus, que consiste numa Central de Atendimento, com 600 universitários, com idade inferior a 26 anos, cuja função será resolver dúvidas, passar informações a clientes e vender produtos. Cenário este que não se encaixa mais aquele gerente provinciano que se contentava em entregar talões de cheques a clientes e a tomar cafezinhos, pois estes só agregam custo à empresa e atraso frente à concorrência.

Aliado a isto o Bradesco está instalando instrumentos sofisticados de análise de risco e simultaneamente dando mais autonomia a seus gerentes na hora de liberar créditos aos clientes. Isto tudo porque tiveram uma postura passiva diante do mercado. Mercado este, com elevado índice de inadimplência, onde o banco poderia emprestar três vezes mais do que empresta hoje e que será atacado com vigor a partir do momento em que os juros estabilizarem. Aí, assim como aconteceu em outros países, o crédito poderá se transformar numa das principais fontes de recursos para o banco.

Quanto a fusões ou aquisições voltadas ao fortalecimento para enfrentar a globalização dos Agentes Financeiros, o Bradesco tem um interesse particular nas privatizações de bancos estaduais como o Benge de Minas Gerais e, principalmente, o Banespa de São Paulo, este último considerado o terceiro maior banco nacional em patrimônio líquido, e o grande desafio do Bradesco visto não somente o seu interesse mas também o de gigantes concorrentes em arrebataram uma instituição deste porte, com quase 570 agências e mais 12 postos de atendimento fora do país.

O crescimento rápido do Bradesco ou de qualquer outro banco é uma estratégia de duas pontas. Significa um escudo de proteção contra o avanço rápido dos concorrentes

estrangeiros. E pode abrir as portas para algo muito maior: uma fusão de proporções globais e consolidação nas esferas regional e global. (Vassallo, Claudia. 1998, p.29. Exame ed.664).

O caminho escolhido pelo Bradesco é o fortalecimento no mercado nacional para enfrentar os concorrentes internacionais que estão entrando no mercado interno em busca de oportunidades, encarando a possibilidade de uma fusão internacional dentro de alguns anos, transformando-se aí sim em uma instituição de alcance, tecnologia, padrões de operações e custos globais.

3.5.1.1 Segurança e Flexibilidade

Quando os cliente se convencerem que tem mais segurança comprando pela Internet do que saindo à rua e indo até a loja da esquina, nada mais poderá impedir a explosão do comércio eletrônico. O Bradesco pensando nisso já tem este sistema. Chama-se protocolo SET (Secure Electronic Transaction). E, com base nele, começam a surgir as formas de pagamento, que, além de seguras, são simples e práticas de usar. Anote aí seu nome, porque este ano não vai se falar de outra coisa: carteira eletrônica.

A carteira eletrônica é a peça-chave do novo e pioneiro empreendimento que o Bradesco, associado à Scopus, Microsoft e Universo On-Line acaba de lançar na Internet: o Bradesco Net Comércio Eletrônico, um shopping virtual que arranca com 12 lojas mas que prevê terminar o ano com mais de 500 pontos de vendas virtuais agrupados num enorme cybercentro de compras. Pioneiro no sistema de homebanking através da Internet, o Bradesco tem fortes motivos para acreditar no sucesso de seu novo empreendimento, a começar pelo número crescente de usuários do seu internet-banking, que dobra a cada seis meses.

Até hoje, o sistema de pagamento para fazer compras na Internet era baseado na relação direta entre o cliente que envia seus dados para a loja,; com o novo sistema, passa a haver uma

relação triangular entre o cliente, o banco e a loja virtual, onde nenhum dado pessoal do usuário trafega na rede. O único dado do cliente que é enviado é o seu certificado digital.

A carteira digital é um software, que deve ser instalado no micro do usuário, e que pode ser também instalado num disquete, o que permite uma total flexibilidade do seu uso. Com o disquete/carteira eletrônica, o usuário pode fazer compras de qualquer micro conectado à Internet. Ao instalar a carteira eletrônica, cujo software pode ser baixado do site do Bradesco, em WWW.bradesco.com.br/comercio/Carreira_Bradesco.exe. (apenas 938 Kb), o usuário envia para o banco, protegido pelo protocolo SET os dados do seu meio de pagamento (até o momento, os disponíveis são o cartão Bradesco Instantâneo, o cartão de crédito Bradesco/Visa e o Poucard, em breve entrarão também no sistema o cartão do BCN e os cartões de crédito do sistema Mastercard) e gera um certificado digital.

A partir desse momento, apenas o certificado digital, criptografado, navegará na rede ao se efetuar uma compra. Desta forma, apenas as informações necessárias são conhecidas pelos intervenientes na transação. O lojista não recebe qualquer dado do cliente, apenas a configuração do banco que seu certificado digital é válido. Ao comprar um produto, o cliente recebe o certificado que garante a autenticidade da loja. É então emitida a ordem de compra, cujos dados são enviados para a loja e para o banco. O banco efetua a transação e confirma-a para a loja, que se encarrega de fazer chegar o produto ao cliente.

Todo o sistema se baseia em módulos. Do lado do cliente, a carteira eletrônica, que possui as opções de meios de pagamento (cartão de débito, crédito ou poupança) e que garante a interação correta e segura dentro do sistema; do lado da instituição financeira, o servidor de pagamento e entidade certificadora, associado aos computadores do banco, que avalia a operação; finalmente, um módulo de pagamento faz a interface entre o sistema de comércio eletrônico com o sistema de autorização de pagamentos.

No total, o Bradesco investiu 700mil reais no projeto do BradescoNet Comércio Eletrônico. O cliente não paga qualquer tarifa pelo novo serviço, além das que já paga por seu meio de pagamento (cartão de débito, de crédito, etc).

Os lojistas que queiram entrar no shopping virtual terão que preencher uma proposta, disponível no site. O Bradesco só está aceitando lojas tradicionais, que já tenham uma existência física, e que sejam correntistas do banco e aceitem os seus meios de pagamento. As lojas poderão desenvolver seu próprio site, com um Kit desenvolvido pelo Bradesco, ou recorrer à Scopus ou ao Universo On-Line que estão conveniados com o Bradesco para realizar o serviço. Calcula-se que o custo mínimo para instalar uma loja virtual simples seja de R\$ 5 mil.

3.5.2 HSBC - BAMERINDUS

O Banco HSBC, considerado uma verdadeira potência financeira internacional, conquistou espaço no mercado brasileiro mediante uma “tacada” expressiva que foi a aquisição do Banco Bamerindus, que no ano de 1996 era considerado o sexto maior banco em patrimônio líquido do país.

Após passar pouco mais de um ano “arrumando a casa”, conhecendo o mercado e mesmo seus funcionários, passou a planejar a sua atuação no Brasil, e agora finalmente se expõe para o mercado, prometendo ser um dos participantes mais importante. E eles possuem tecnologia, conhecimento e principalmente “fôlego” de recursos para assustar os concorrentes nacionais de varejo.

Segundo seu presidente, o executivo do banco deve se relacionar com o cliente normalmente “quero que o meu banco seja o seu banco, que o cliente entre na agência e possa encontrar tudo o que precisa como se fosse um supermercado”. (GEORGHEGAN, 1998, p.28. Banco Hoje).

Nesta procura de mostrar a que veio, o HSBC irá priorizar o treinamento de 2000 jovens executivos em cursos intensivos de 5 meses até o ano 2000, voltados a atender todas as necessidades financeiras do cliente, entendendo como o cliente se comporta e o que ele precisa para se sentir confortável com o banco. Cada um desses executivos deverá saber do negócio do banco e também do negócio do cliente, numa interação extremamente positiva e que possibilitará agregar valor para ambas as partes (cliente e banco).

Em resumo, é a implantação na prática de uma administração do relacionamento onde internamente faz com que o funcionário se envolva com o banco porque o banco tem um compromisso com ele, e externamente um atendimento muito melhor ao cliente a partir do conhecimento do seu negócio pelo funcionário.

A faixa de clientes do HSBC no Brasil hoje é composta pela classe D, mas a procura pelo banco por outras camadas como a C e B ocorrerá naturalmente face aos serviços e sistemas que o banco oferece e também pela estrutura globalizada, o que acarretará ainda a abertura de agências específicas para atender a estes clientes.

Do mesmo modo, empresas multinacionais, grandes exportadoras e empresas de grande porte que precisam realizar operações estruturadas, serão os maiores clientes, pelo fato do banco possuir os produtos que elas precisam e o acesso ao mercado onde operam.

Enfim, o HSBC deverá ser também um administrador de fundos importantes, pelas gestão de fundos de pensão, financeiros e de seguros. Mas principalmente será um banco de varejo com 3000 agências no país onde o negócio principal é o cliente.

3.5.3 - BANESTADO

O Paraná, a questão de uma ano e meio atrás, perdeu um banco genuinamente paranaense, o Bamerindus, adquirido por um gigante financeiro estrangeiro “HSBC”, com generoso financiamento do PROER.

Hoje, diante de um panorama representado pelas autoridades monetárias frontalmente contrário a permanência de instituições estaduais no sistema, o Banestado inicia o caminho da privatização.

O maior ativo deste banco, que em dezembro de 1997 era o décimo banco nacional com um volume de 4 bilhões de dólares em depósitos, é sem sombra de dúvida, sua marca de setenta anos de existência representada pela credibilidade junto a população paranaense, numa relação de “íntima cumplicidade”, onde seus clientes mantêm-se fiéis no relacionamento com o banco pelo seu atendimento perfeitamente integrado a realidade e a vida dos correntistas nas regiões onde atua. Seu corpo funcional conquistou isto através da participação ativa nas comunidades, em entidades religiosas, de serviços, etc., aliado evidentemente a seu conhecimento e capacidade quanto as atividades bancárias inerentes.

No entanto, o elevado grau de tecnologia das instituições financeiras estrangeiras que estão aportando no país, tem contribuído sobremaneira para que os bancos nacionais, independente de porte e segmento, percam mercado e com isso fragilizando a sua própria continuidade neste mercado. No caso do Banestado um fator que contribuiu decisivamente neste processo de fragilização foi o fato de que o governo, após a extinção do BADEP, não criou linhas de crédito com recursos orçamentários voltadas ao desenvolvimento econômico social, com exceção de alguns programas como Bom Emprego e Panela Cheia. Assim, sem uma política clara de subsídios, a busca de recursos nas carteiras normais ocasionou um nível

de inadimplência tal que chegou a ameaçar os depósitos bancários na instituição. Apesar de que em momento algum os correntistas correram algum tipo de perigo em perder dinheiro com a instituição, o mercado é implacável quando se trata de dificuldade de liquidez. Assim, o caminho do saneamento com injeção de recursos do BACEN no Estado, viabilizou o processo que se inicia de privatização.

Independente de qualquer opinião diversa, entende-se que este caminho, dada a atual circunstância, deva ser o menos traumático e o mais saudável para com os funcionários, correntistas, acionistas e a população paranaense como um todo, haja vista a permanência da instituição que agora necessariamente obterá condições de competir no mercado, investindo efetivamente em tecnologia de ponta, treinamento do corpo funcional e num processo de reaprender a emprestar, conquistar a excelência na controladoria de gestão, reafirmando seu conceito histórico de ser o banco que melhor atende a população paranaense pelo seu próprio volume de agências no estado, bem como pelos produtos e serviços atualizados que são disponibilizados a estes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além do encolhimento do sistema financeiro brasileiro, que segundo estudos de consultorias estrangeiras reduzirá em até 43% no ano 2000, sugerindo-se de 240 instituições em 1996 para 211 em 1997 e “apenas 120” no ano 2000, a rentabilidade no setor deverá cair entre 10 a 20% em 1998, em relação a 1997, decorrente do maior custo de captação pelo

aumento dos juros praticados pelo BACEN como fator de proteção ao mercado interno frente as crises internacionais, e ainda a permanência de altos índices de inadimplência.

Mas é no setor de tecnologia da automação bancária e de desenvolvimento de produtos e serviços sofisticados é que reside o grande potencial de oportunidade que os bancos utilizarão como fator diferencial na conquista de clientes. Define-se como tendência natural para o mercado financeiro brasileiro os seguintes itens:

. EM TODO MUNDO, A MELHOR TECNOLOGIA

A tecnologia tende a se generalizar em todos os países, por força da competição financeira globalizada. O esforço pela melhor tecnologia não será exclusividade dos bancos maiores. Grandes e pequenos serão obrigados a esse esforço pressionados pelos custos.

. MAIS AGÊNCIAS, MAIS INFORMATIZAÇÃO

Está revertida a tendência que vigorou a pouco tempo no Brasil no sentido de fechamento de agências bancárias. Todos os grandes bancos estão abrindo novas agências, mas agora são unidades menores, altamente informatizadas.

. INVESTIMENTOS PROGRESSIVOS

Os investimentos do sistema financeiro em tecnologia terão de prosseguir, pois são indispensáveis, diante da competição que tende a ser cada vez mais agressiva.

. INTEGRAÇÃO BANCO/CLIENTE

- uso da tecnologia acentua a integração da vida do banco com a de seus clientes. A automação bancária passa a exigir a ligação on-line com os negócios dos clientes inclusive com acesso via Internet.

. BANCÁRIO: NOVO PERFIL PROFISSIONAL

A nova tecnologia em uso nos mercados financeiros exigirá crescentemente que os bancários sejam mais bem preparados, não somente para operar os equipamentos, mas principalmente porque as decisões terão de ser descentralizadas.

. PREÇOS DOS SERVIÇOS

Queda acentuada decorrente de acirrada concorrência e da própria redução de custos com uma melhor aplicabilidade da tecnologia conquistada.

. BARREIRA DO CONHECIMENTO

Os executivos e gerentes que atuam no mercado brasileiro deverão ser valorizados pelos bancos internacionais, haja vista ser a barreira do conhecimento do mercado local o maior empecilho para os estrangeiros tornarem-se competitivos neste mercado num primeiro momento. Em suma, RH é o fator crítico da competição bancária e também o seu maior diferencial aliado ao desenvolvimento tecnológico no setor.

Assim, resta buscar freneticamente a profissionalização do corpo funcional, especializando-se em nichos de mercado representados pelos funcionários públicos, agricultores, pequenos e médios comerciantes, micro e pequenas empresas, setor público em geral e também nos universitários em geral, buscando-se desde cedo a identificação do serviço para com este público e apostando que se a fidelidade destes não for duradoura, pelo menos se obterá a oportunidade de mostrar as qualidades da empresa (Banestado) num relacionamento transparente onde a busca da satisfação do cliente deverá ser superada pela busca ao seu encantamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO HOJE. São Paulo, junho/1997 a maio/1998.

EXAME. São Paulo, junho/1997 a maio/1998.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro, Produtos e Serviços**. Rio de Janeiro, Editora Qualitymark, 2ª Edição - 1993.

INTERNET WORLD. **Finalmente as Compras Seguras**.

MAYER, Thomas / DUESEMBERRY, James S. / ALIBER, Robert Z. **Moeda, Bancos e a Economia**. São Paulo, Editora Campos. 1994.

MINELLA, Ary Cesar. **Banqueiros: Organização e Poder Político no Brasil**. Tradução, Paulo Fróes. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo. 1988.

PASSOS, Carlos de Faro. **Estrutura Financeira e Desenvolvimento. O Caso Brasil**. São Paulo, Editora Atlas. 1973.